

## RECENSÕES

ROSENFELD, Denis — *Política e Liberdade em Hegel*, São Paulo, Brasiliense, 1983, 294 págs.

Na literatura filosófica moderna a *Filosofia do Direito* de Hegel representa, sem dúvida, um caso singular. Nesses 164 anos que nos separam da sua publicação (Berlim, 1820, com data de 1821) ela foi alvo de uma discussão cuja intensidade não arrefeceu e que deu origem a uma enorme literatura. Não parece excessivo dizer que todas as grandes correntes de pensamento político no Ocidente, de um século e meio até hoje, podem ser caracterizadas de acordo com a posição que adotam em face da concepção hegeliana da sociedade e do Estado. Na verdade, o texto hegeliano da *Filosofia do Direito* foi refletido durante esse tempo, conforme a expressão de H. Ottmann, no espelho de muitas interpretações (*Individuum und Gemeinschaft bei Hegel: I, Hegel im Spiegel der Interpretationen*, Berlin, 1977; ver "Síntese", n. 22:1981, p. 113122). Esse complexo entrecruzamento de interpretações se, por um lado, revela a prodigiosa densidade do texto hegeliano oculta, por outro, o seu desenho original e as linhas estruturais de um edifício conceptual que Hegel quis acabado e capaz de ser contemplado desde os seus fundamentos na inteireza do seu desenho. As orientações recentes da *Hegelforschung*, no campo da *Filosofia do Direito* como em outros inclinam-se, em face dessa situação, a dar primazia à antiga regra hermenêutica que quer primeiramente cada autor como intérprete de si mesmo: *sui interpres*. Regra que, no caso do texto filosófico, se impõe com tanto mais força quanto mais rigorosa for a intenção sistemática do texto. Vale dizer que, no caso do texto hegeliano, ela se apresenta como a primeira e mais fundamental regra da sua leitura. O extraordinário florescimento dos estudos hegelianos nas últimas décadas é dominado assim pela interrogação preliminar e a única verdadeiramente decisiva: como situar tal texto ou tal problema na evolução de um pensamento que se encaminha para o Sistema ou na estrutura do Sistema já acabado? Podemos observar, desta sorte, que a imensa maioria dos estudos contemporâneos consagrados à exposição e à interpretação do pensamento de Hegel ou de algum dos seus aspectos retorna, de alguma sorte, à

antiga técnica do comentário, obrigada que é a acompanhar passo a passo o fio dos textos hegelianos na sua gênese, progresso e amadurecimento sistemático. É claro que a clássica linha de pesquisa histórica sobre as fontes remotas e próximas do pensamento hegeliano, sobre as suas relações com a própria época, sobre a sua extraordinária *Wirkungsgeschichte*, conserva toda a sua importância. No caso de Hegel, porém, mais do que no de qualquer outro filósofo, a insistência exclusiva ou mesmo preponderante no aspecto histórico equivaleria a se fechar o caminho que conduz às articulações essenciais do pensamento hegeliano e, portanto, a tornar inacessível a intenção *sistemática* que dá sentido ao todo e às partes desse pensamento.

Essas observações adquirem um particular relevo no caso da *Filosofia do Direito*. É sabido que a gênese desse texto, que se destacou da *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* publicada pela primeira vez em Heidelberg em 1817 onde aparecia como Filosofia do Espírito objetivo (segunda parte da Filosofia do Espírito), para constituir, ampliado e aprofundado, o roteiro das lições sobre "Direito Natural e Ciência do Estado" ou "Filosofia do Direito", iniciadas em Berlim em 1818, é extraordinariamente complexa. O texto publicado por Hegel está hoje acompanhado, na chamada edição Ilting (ver "Síntese", n. 4:1975, p. 119-124) pela edição de diversos cadernos de aulas dos seus alunos, à qual se acrescentou recentemente a edição de dois novos manuscritos até então desconhecidos e editados por D. Henrich e pelo próprio Ilting (ver K. H. Ilting, *Zur Genese der Hegelschen "Rechtsphilosophie"*, ap. "Philosophische Rundschau", 30:1983, p. 161-209). Todo esse material permite, segundo Ilting (*art. cit.*, p. 172-173) que se acompanhe a história da gênese da *Filosofia do Direito* mais acuradamente do que a de qualquer outra obra semelhante na história da Filosofia. Essa incidência de uma complexa problemática de crítica textual, na qual se faz sentir a repercussão de acontecimentos políticos da Prússia contemporânea na obra do professor da Universidade de Berlim que era então Hegel, sobre a leitura e interpretação da *Filosofia do Direito*, coloca diversas questões que dizem respeito, muito de perto à apreciação do livro de Denis Rosenfield que estamos apresentando. A mais fundamental refere-se à própria possibilidade de um estudo do texto da *Filosofia do Direito* publicado por Hegel como texto capaz de se explicar a si mesmo na sua estrutura, nos seus conceitos fundamentais e no seu movimento dialético, sem que seja necessário recorrer, senão secundariamente e a título de ilustração, às outras versões do mesmo texto que nos ficaram em redações de alunos. Em seguida será necessário perguntar-se se os acontecimentos políticos da Prússia de 1819 levaram Hegel a alguma

modificação substancial da sua visão ético-política que começara a ser exposta sistematicamente em Heidelberg. Enfim, e no caso de uma resposta que afirme a consistência lógico-hermenêutica do texto hegeliano publicado e afaste a possibilidade de uma *Anpassung* do filósofo à situação prussiana que o tenha obrigado a modificar essencialmente seu pensamento, fica a questão decisiva da relação da *Filosofia do Direito* com o Sistema e, em particular, com a *Ciência da Lógica*, relação que deverá iluminar a verdadeira natureza do pensamento ético-político de Hegel.

É no contexto dessas questões que convém situar a tese de Denis Rosenfield. Publicada simultaneamente em português e em francês (*Politique et Liberté*, Paris, Aubier, 1983), língua na qual foi originalmente redigida como tese para a obtenção do Doutorado de Estado apresentada na Universidade de Paris I, ela se inscreve de fato na bibliografia filosófica brasileira, sendo o Autor natural do Rio Grande do Sul e atualmente Professor do Curso de Pós-Graduação em Filosofia da UFRGS. Prefaciada por P. — J. Labarrière, o especialista bem conhecido da *Fenomenologia do Espírito* e o autor, em parceria com G. Jarczyk, da monumental tradução francesa da *Ciência da Lógica* de 1812-1816, a tese de Rosenfield parte do pressuposto decididamente aceito da consistência lógico-hermenêutica da *Filosofia do Direito* e tem como alvo explicar, em estreita aderência ao movimento dialético do texto hegeliano, a natureza da lógica original do domínio do *político* no sentido hegeliano, que é o domínio da liberdade realizando-se na História, o domínio do Direito. Não há, na tese de Rosenfield, traço das discussões filológicas e históricas que cercam atualmente o texto publicado por Hegel em 1820. Não que ele as desconheça, mas tudo indica que o anima a convicção de que não é no terreno dessas discussões que se desvelará o sentido genuíno do texto hegeliano, e sim na aceitação daquele “esforço do conceito” que o texto exige para revelar sua verdadeira face. Assim sendo, são de extrema importância as páginas da Introdução (p. 13-25), nas quais Rosenfield propõe algumas distinções preliminares que deverão guiar o leitor ao longo da leitura por ele proposta do texto de Hegel. Estudadas com atenção essas páginas, que conviria completar por aquelas consagradas às “figuras e determinações lógicas” (p. 51-59) e às relações entre “o conceito e o tempo” (p. 60-62) e que comentam os parágrafos 31 e 32 da Introdução de Hegel, o leitor terá nas mãos as chaves conceptuais que deverão abrir-lhe, segundo Rosenfield, a inteligência do texto da *Filosofia do Direito* na sua significação propriamente hegeliana. Entre as distinções preliminares estabelecidas por Rosenfield adquire particular importância o estudo da distinção entre

a Filosofia como Lógica e a Filosofia como ciência do real ou, na sistemática hegeliana, como Filosofia da Natureza e Filosofia do Espírito. Essa distinção está no centro das discussões atuais sobre a *Filosofia do Direito* e é sobre a posição de Rosenfield a esse respeito que Labarrière insiste no seu Prefácio. (Sobre o estado atual das discussões ver as comunicações ao Congresso da "Hegel-Vereinigung" em Fontenay aux Roses (1979) em *Hegels Philosophie des Rechts*, ed. por D. Henrich e R. — P. Horstmann, III p., Stuttgart, Klett-Cotta, 1982, p. 225-430). Rosenfield explica essa distinção fundamental nas págs. 13-16 e 28-36. Excluída desde logo a distinção entre o lógico e o real como entre a Idéia pura e suas simples aplicações (esquema subjacente a todas as acusações de um pretendido "panlogismo" em Hegel), trata-se de apreender a verdadeira natureza da "mediação" através da qual o lógico se realiza na particularidade mesma dos conteúdos reais nos quais está presente e que adquirem, através desse movimento de mediação, sua estrutura de significação. Rosenfield acentua a originalidade das lógicas que se constituem assim nas diversas esferas dos conteúdos reais. No caso da *Filosofia do Direito* trata-se, pois, de uma lógica do político (p. 28-29) que não pode ser posta simplesmente em parelismo com a ordem das determinações da *Ciência da Lógica*, mas "repõe" essa ordem segundo sua ordem própria. Na perspectiva de Rosenfield a originalidade da lógica hegeliana do político torna irrelevantes e propriamente não-pertinentes todas as discussões que se travam em torno do Hegel filósofo do Estado prussiano, fator de uma concepção totalitária do Estado, defensor do *status quo* ou mesmo da Restauração, discussões que ocupam grande parte da literatura, sobretudo de vulgarização, em torno do pensamento político de Hegel e que obscurecem a originalidade filosófica da sua lógica do político. Em suma, Rosenfield se coloca decididamente entre os que vêem a *Filosofia do Direito* como sendo, "do ponto de vista lógico, ... uma grande *Aufhebung* do pensamento político do Ocidente, o lugar e o momento onde desemboca esse grande percurso, o qual deve ser entendido não como uma soma de partes, mas de uma síntese que, ao penetrar a realidade presente em busca de suas figuras constitutivas, reúne os diferentes pensamentos que procuram, em suas respectivas épocas, dar razão à política do seu tempo" (p. 14). "Dar razão", locução de venerável ressonância platônica, significa aqui não a consagração do fato bruto mas a busca do movimento lógico imanente ao gesto político que o "suprassume" na sua contingência e o "conserva" no movimento lógico que exprime o caminho da liberdade nas suas figurações históricas. Essa tarefa pressupõe que se descubra na raiz de toda realidade a presença do que Labarrière (p. 11) denomina o "gesto absolutamente universal — e de

nenhuma forma coercitivo — do lógico”. Pressuposição radical do filosofar hegeliano (ou do filosofar *tout court*) que, no caso da *Filosofia do Direito*, implica recusar ao absurdo e à insensatez a última palavra na interrogação sobre o sentido da História.

Não é o lugar aqui para se aprofundar essa importante temática com que Rosenfield abre a sua tese. Muito menos para acompanhá-lo no comentário ao texto da *Filosofia do Direito* que recebe permanentemente penetração, clareza e força dessa inicial clarificação de conceitos e do decidido entregar-se ao movimento constitutivo do discurso hegeliano. Baste-nos dizer que a obra de Rosenfield se alinha desde já entre os comentários recentes da *Filosofia do Direito* como os de Avineri, Fleischmann e outros que tem lugar assegurado na bibliografia hegeliana.

A tradução portuguesa do texto francês merece alguns reparos e poderia ser melhorada numa segunda edição. Por ex., à p. 89, “devient” é traduzido por “devém” em vez de “torna-se”. Entre a “reflexão posante”(7) da pág. 82 e a deselegante “reflexão que põe” (p. 126) proponho que se adote “reflexão tética” para a *setzende Reflexion*. Na pág. 131 um lapso deixou passar “criança subjetiva” para traduzir “croyance subjective”. Na pág. 264 suponho que se deva ler, a respeito da guerra racial, que ela é conduzida contra indivíduos e não contra Estados, ao contrário do que lá está escrito.

É com alegria que saúdo o grande livro de Denis Rosenfield e auguro ao Autor, depois deste brilhante início, uma fecunda carreira nos estudos hegelianos.

H. C. Lima Vaz

Esse Centro de Estudos e Publicações de Lima tem-nos brindado com obras interessantes. O presente livro quer ser uma reação, questionamento e complementação à Teologia da Libertação por parte de autores de outros Continentes. Assim uma série de teólogos de renome internacional, como P. Chenu, J. B. Metz, G. Faus e tantos outros, reage à presença da Teologia latino-americana no cenário da teologia mundial.

O testemunho do P. Chenu é corajoso. Retoma com brevidade e lucidez a temática da importância de uma teologia que seja leitura da Palavra de Deus de dentro da experiência atual da Igreja, em meio dos acontecimentos que a cercam. O sentido da Palavra "emerge do presente recapitulador do passado que nos separa da enunciação original". O princípio hermenêutico da Escritura encontra-se na ação, na existência da Igreja, como Povo de Deus e Comunidade do Espírito. Os eventos são matéria da História e entram na economia da salvação. Por isso, interessam à Teologia. "Hoje a promoção econômica e social das classes trabalhadoras graças à reivindicação de seus direitos, a entrada da mulher na vida pública suscitando consciência de sua dignidade, a organização internacional dos povos em vista a resolver seus conflitos: tudo isso são acontecimentos maciços que constituem "pedras de toque" do Reino de Deus". Nesse sentido a prática social da fé torna-se parte do tecido teológico "a ponto de exercer nele uma certa normatividade".

G. Múgica, desde Espanha, analisa a provocação da Teologia da Libertação. Enfoca tal reflexão a partir da perspectiva da relação entre método teológico e espiritualidade. A Teologia em ato, em movimento, em construção (método) está em íntima articulação, coincide mesmo, com a vivência da fé (espiritualidade). Método é estilo de vida. A espiritualidade é chave principal para compreender e estabelecer a particularidade do método. Dentro desse enfoque, mostra que mais que a TdL é a própria realidade subjacente a ela que nos desafia. É o processo de libertação o verdadeiro desafio. A TdL mediatiza-o. Podemos falar portanto nesse contexto de três desafios: dos pobres, da libertação e da práxis.

Tratando diretamente do método como espiritualidade, G. M. reconhece como a TdL recuperou o sentido original do método como "caminho" real da fé. Aponta como características de tal método: conversão ao pobre e ao povo em seu processo, a práxis do seguimento, a passagem pela Cruz e Ressurreição.

J. B. Metz formula de modo lapidar, em forma de teses, seu pensamento sobre o "novo modo de fazer teologia". Numa primeira tese, desloca o acento da pergunta "que é teologia" para "quem é o teólogo", i.é. o problema dos sujeitos, dos agentes ou portadores, dos lugares, do contexto e dos interesses implicados em fazer teologia". Na função tradicional, o teólogo pertence a uma Igreja que presta serviços, a "uma Igreja servindo a um povo". Agora surge uma "Igreja do povo", e assim uma Igreja com uma base crescente de "sujeitos" ou "agentes". Ela levanta problemas.

Numa segunda tese, mostra como a nossa idéia familiar de teólogo se encontra numa crise de legitimação social, científica e cristã. Nesse sentido, o surgimento das comunidades eclesiais de base místico-políticas pode ser considerado como "acontecimento messiânico para a Igreja em sua totalidade. A Teologia que se forma dentro desse surgimento e que o sustenta não se opõe à autoridade da Igreja, mas sim se situa sob a autoridade do Espírito" (3ª tese). Teses interessantes e provocantes.

G. Baum afronta o clássico problema do "sobrenatural" em conexão com a TdL, tentando enfrentar a objeção comum que se faz à TdL de ser "teoria social radical inspirada numa paixão puramente secular que busca a justiça e a liberdade". Segundo essa crítica, ela não seria teologia. Depois de refletir sobre cinco elementos fundamentais da TdL: desprivatização da mensagem cristã, opção preferencial pelos pobres, a primazia da ação, a práxis como construção social da realidade, a dimensão mística da política, conclui que a TdL "no sentido estrito (é) uma teologia baseada na revelação "sobrenatural". A Teologia da Libertação é especificamente cristã". Naturalmente, "sobrenatural" se entende como "presença gratuita de Deus na história e nas vidas dos homens e mulheres".

O texto de J. I. González-Faus apresenta um título em forma de paradoxo: "Fazer teologia e fazer-se teologia" que procura detectar o significado religioso e cultural da atividade teológica nos países do primeiro mundo e da A. Latina. Reflexões feitas a partir da Europa, para europeus, assim o entende o próprio autor. A análise do signifi-

cado da atividade teológica concentra-se mais nos campos da eclesiologia e cristologia, sem descuidar de considerações mais gerais sobre a teologia como tal. Na cristologia, as diferenças entre a teologia européia e latino-americana, que no começo pareciam estar na temática, deslocam-se para o "objeto formal". Assim a temática do seguimento de Jesus, que na Europa é "objeto de investigação" torna-se na A. Latina "critério de seguimento". O mesmo se pode dizer de outros temas como Reino de Deus, Cristologia "von unten", "Cristo da fé", etc... Na Eclesiologia, acontece o mesmo fenômeno. Teólogos europeus preocupam-se por "justificar a Igreja", enquanto que os latino-americanos se ocupam mais da "fidelidade da Igreja".

Ch. Duquoc vê um ponto importante da TdL o laço original entre o grito ético diante da opressão e a esperança. A esperança que a Bíblia testemunha dá corpo a esse grito. Nesse texto, elabora reflexões sobre a "esperança bíblica chamada 'messianismo' e da dinâmica das teologias da libertação". Trata-o em três parágrafos, desenvolvendo o tema do messianismo bíblico e o messianismo cristão, a ambição das teologias da libertação e a ambigüidade da Promessa. Com isso, pretendeu preencher uma lacuna da TdL, que não empreendeu nenhum debate a fundo sobre a "indecisão em relação com as promessas messiânicas". Posição que exclui seja o fanatismo de intervenções divinas salvadoras na história dos homens, no sentido político, seja uma passividade de inércia (attentisme).

L. Russel, teóloga norte-americana, representante da teologia feminista, procura estabelecer relações entre a TdL e a libertação feminina. Vê perspectivas comuns no que se refere à experiência de Deus no mundo, tais como a promessa bíblica, o mundo como história e a salvação como acontecimento social. De dentro dessas perspectivas comuns, surgem também tarefas comuns de humanização, conscientização e Diálogo com o interesse de formar comunidade.

A Teologia Negra contribui para esse livro na pessoa do célebre teólogo negro americano J. Cone. Saliencia a importância de uma "sociologia das igrejas". "Nunca devemos permitir que uma interpretação teológica da origem transcendente da igreja obscureça o comportamento empírico das igrejas que parece negar o que seus membros afirmam com seus credos eclesiológicos." Daí que ele desenvolve uma reflexão sobre a interrelação entre Eclesiologia, Sociologia e Cristologia. E num outro momento, trata da qualidade servidora da Igreja em relação "ao futuro de Deus que já está em marcha".

Espiritualidade e libertação é o tema tratado pelo teólogo americano, protestante, R. JcAfee Brown. Espiritualidade e libertação não são alternativas, mas interligadas por conjunção coordenativa aditiva. Qualquer ruptura entre as duas é uma falácia, como o é também o corte entre sagrado e profano. Dualismos ardilosos. O autor observa como está surgindo nova figura de "santo". Já não é mais aquele que abandona o mundo, mas aquele através de quem nos é mediada a presença e o poder de Deus, aquele que abraça o mundo, se compromete, tal como um Oscar Romero. E termina mostrando como a Eucaristia na Espiritualidade libertadora ocupa o ponto central, seja com sua força libertadora, seja na sua dimensão social.

O jesuíta de Sri-Lanka A. Pieris continua desenvolvendo a temática da espiritualidade numa perspectiva libertadora, em torno da liturgia. Articula Liturgia, Espiritualidade e Compromisso secular, para superar corte exagerado entre as dimensões sacramental, contemplativa e ativa da Espiritualidade. São dimensões que se incluem mutuamente e que constituem uma só vida cristã autêntica. Verdadeira circularidade. Para fazer convergir essas três dimensões, é necessário reorientar a atenção da Igreja para: a liturgia da Vida, a teologia da Cruz e para o Jesus histórico e sua humanidade. São de fato três maneiras distintas de perceber o mesmo mistério da Redenção.

Outro jesuíta, S. Rayan, da Índia, prolonga a temática da espiritualidade. Precisamos de uma espiritualidade que enfrente a complexidade da atual realidade. A modo de exemplificação, o autor descreve-nos a situação humana em Calcutá e como Madre Teresa responde a ela. Recorda também o significado espiritual de Ganhdi com a sua não-violência. Uma terceira resposta a esta situação está no próprio povo. Todas essas respostas apontam para a espiritualidade como um processo de abertura e saída de si, de "converter-se em pessoa no sentido mais pleno", de auto-transcendência.

O americano de origem hispânica, V. Elizondo, centra sua reflexão sobre a temática do "Deus da Vida". Assume como perspectiva de partida a das minorias oprimidas — índios, negros. Minorias conquistadas, despojadas de sua língua, de sua forma de vida, de sua religião. Ao Deus da Vida se opõe um deus conquistador, que não é o de Jesus Cristo.

J.-M. Ela faz ecoar uma voz da África. Começa alertando para o perigo de transformar a igreja da África numa consumidora dos "produtos made in USA". Nessa linha analisa criticamente a renovação ca-

rismática, que chama de "evasão". Pois os movimentos carismáticos suspendem a criatividade teológica africana, para fazer da teologia simples "escuta das palavras cristãs já reconhecidas". Outro risco é o ghetto eclesiástico. "O que conta hoje é uma evangelização da África historicamente crível e adequada a uma situação, onde a aceitação da injustiça e da miséria é incompatível, igual que a idolatria, com o culto a Deus". Uma Igreja que é voz dos sem-voz.

Unindo-se a essa série de teólogos e pastoralistas, dois bispos trazem seu testemunho. J. X. Labayen, das Filipinas, aborda tema extremamente interessante: participação popular e comunidades eclesiais de base. Um desafio para hoje. Ele sente que estamos diante de uma encruzilhada: ou continuar na linha do Con. Vaticano II, das CEBs ou tratar de restaurar outra ordem mais centralizada. Confia na capacidade evangélica de discernir a presença de Deus na brisa suave do movimento do Espírito nos pobres e nas CEBs.

O já famoso bispo auxiliar de Madrid, D. Alberto Iniesta, se coloca diante da TdL, como bispo. Reconhece que "as igrejas latino-americanas, sua teologia e sua pastoral e seu testemunho são para os cristãos do mundo inteiro um sinal de Deus que nos convida a caminhar numa certa direção" e que a "teologia da libertação buscou articular num sistema de pensamento e em uma estratégia de ação pastoral e cristã" linhas mestras do Vat. II, Medellín, Puebla, Sínodo dos bispos. Advoga relacionamento habitual entre o bispo e o grupo de teólogos: irmãos na fé que dialogam. O caráter magisterial do bispo não deve ser uma "ameaça sobre as cabeças dos teólogos". É uma "arma pastoral reservada para casos de emergência". Além disso, D. Alberto aborda com pertinência a problemática da pastoral libertadora.

Estamos diante de um livro de vários autores. Portanto desigual. Mas certamente interessante, sugestivo, que merece ser lido por quem se interessa pela problemática da libertação e suas repercussões fora de nosso Continente.

J. B. L.

G. GUTIÉRREZ — *Beber en su propio pozo. En el Itinerario Espiritual de un Pueblo*, CEP, Lima 1983, 208 pp.

Gustavo Gutiérrez é mais que um teólogo. É símbolo de toda uma Teologia da América Latina: a Teologia da Libertação. Não é homem de escrever muito. Marcou, porém, o mundo teológico ao entrar em cena com o programático livro da "Teología de la Liberación" em 1971. Vozes críticas vêm enchendo o cenário eclesial acusando essa corrente teológica de pouco espiritual, de somente preocupada com problemas sociais, influenciada pelo marxismo, e tantas outras acusações.

Sem querer responder diretamente a tais críticas, G. Gutiérrez elabora um primeiro ensaio de espiritualidade, com o vigor que lhe é próprio. De certa maneira, ele escreve agora aquilo que foi antes de que a Teologia da Libertação surgisse. Não se trata, pois, de modo nenhum de uma aplicação da TdL à espiritualidade. Muito pelo contrário. Se existe uma Teologia é porque há uma experiência espiritual profunda nova na sua origem. E o autor procura precisamente tematizar algo dessa experiência espiritual que é a inspiração da TdL. A Teologia é sempre palavra segunda. A palavra primeira é a experiência espiritual, teologal.

Assim como em diversos momentos da História da Igreja e da Teologia surgiram experiências fundamentais, tais como de um Francisco de Assis, de um Inácio de Loyola e delas brotaram teologias, assim também hoje na América Latina estamos vivendo a experiência espiritual de cristãos comprometidos com o processo de libertação. Estamos assistindo ao fenômeno de um povo pobre e de fé que se conscientiza e se organiza em movimento para afirmar sua dignidade humana e de Filhos de Deus na luta pela vida contra todos os sinais de morte. Nesse empenho pela vida, dá-se verdadeiro encontro com o Senhor. Não se trata de um encontro de indivíduos mas de um povo. Daí brota autêntico seguimento de Cristo. Dessa experiência fundante, nasce a Teologia da Libertação.

Esse livro quer, portanto, refletir sobre a irrupção dos pobres no cenário da Sociedade e da Igreja em nosso Continente, como uma experiência teologal, abrindo sulcos para a vida e reflexão cristã.

Tal intuição fundamental se vertebra em três partes bem articuladas. Num primeiro momento, estuda-se o contexto de tal experiência es-

piritual — matriz da espiritualidade. Contexto de morte e de libertação, contexto de contradições e portanto de discernimento político espiritual.

Numa segunda parte, o autor mergulha-se na fonte de toda espiritualidade: o encontro com o Senhor como nos vem descrito na Escritura, privilegiando a experiência do Povo de Israel, libertado do Egito, a caminho da Terra Prometida através do deserto e a experiência da Igreja primitiva, como nos descrevem os Atos. E finalmente, na terceira parte, A. Gutiérrez tenta caracterizar essa nova espiritualidade que surge na A. Latina Mostra como a experiência do encontro com o Senhor.

Em geral para entender e apreciar um livro, supõe-se do leitor certa familiaridade com o universo teórico do autor. Sem um mínimo de preparação intelectual não se percebe o alcance e valor da obra. Esse livro coloca outra exigência além dessa. Antes mesmo que uma afinidade com o quadro teórico da Teologia da Libertação, supõe-se para apreciar tal obra um mínimo de experiência e vivência da problemática latino-americana, do vigor espiritual de nosso povo nesse duplo momento de exploração e libertação, de sofrimento e de esperança, de esmagamento e surgimento.

Para um leitor que buscasse simplesmente uma estrutura teórica para enriquecer seu horizonte cultural de novos conhecimentos de espiritualidade, para alguém cujo principal prazer é armazenar novos dados teóricos em marcos sempre mais amplos, o livro pode parecer repetitivo, cansativo. Volta continuamente sobre a experiência do sofrimento do povo, de sua esperança, de sua luta no meio a tanta opressão, para desvelar-lhe a dimensão teológica e inspiradora de toda uma espiritualidade e teologia.

Assim na 1ª parte, o autor detém-se em descrever esse "mundo alheio", em que nosso povo pobre faz a experiência de ser "estranho em sua casa". E como aí dentro surge a consciência e a luta por recuperar sua própria terra. E como tal experiência questiona certa espiritualidade de perspectiva individualista, espiritualista, estruturada para pequenas minorias de elite. Na A. Latina estamos vivendo um "kairós", momento propício, para o surgir de nova espiritualidade por causa de ser um "tempo de solidariedade, de oração e de martírio". Se, de um lado, é uma situação desestruturante em relação a uma espiritualidade clássica, por outro é criativa de nova espiritualidade. Pois toda espiritualidade é tentativa de seguir a Jesus em dado

momento histórico. E essa irrupção dos pobres em nossas vidas permite repensar, reformular o seguimento de Cristo.

Essa espiritualidade que nasce na A. Latina surge do solo tradicional de toda espiritualidade cristã. Essa preocupação está bem clara no livro. Por isso, o autor consagra boas páginas a uma reflexão bíblica sobre o encontro com o Senhor, como no-lo apresentam algumas passagens do Novo Testamento (Jo 1, 35-42; Mc 8, 27-35). E aprofundando a reflexão bíblica, mostra como Paulo tematiza o seguimento do Senhor na forma de "caminhar segundo o Espírito". Essa vida segundo o Espírito não responde à chave dualista corpo-espírito, mas se entende em toda outra compreensão. O autor mostra como caminhar no espírito significa a busca da liberdade, da vida, do amor, da paz, da justiça, da graça em oposição ao "caminho segundo a carne" que encerra sobretudo a dimensão de morte. A verdadeira luta se trava entre "vida e morte" e não entre espiritual e material, alma e corpo. Além disso, insiste no caráter comunitário de toda espiritualidade, iluminando tal ponto, seja com a experiência do povo de Israel, seja com a da Igreja primitiva.

A parte mais original do livro é a última. Em forma de cinco expressões antinômicas, traça as características da espiritualidade nascente. A antinomia não quer traduzir, sem mais, polos em tensão na busca de uma síntese, mas dimensões de uma mesma realidade que à primeira vista parecem em tensão, mas que em nível profundo encontram unidade.

Como toda espiritualidade, parte de uma conversão. Mas uma *conversão* que, por sua vez, brota da *vivência da solidariedade*. Eis aí sua originalidade. Conversão em função de novo caminho. Reconhecimento do pecado especialmente de conivência com tal situação de opressão. Portanto exigência de conversão pessoal e social. Esse tempo de solidariedade provoca conversão.

Num clima de profunda *gratuidade* nasce *exigência de eficácia*. Não se trata de uma eficácia que conflite com a gratuidade, mas que pelo contrário se explica precisamente pela gratuidade — fonte de toda espiritualidade. Tudo é graça. E o amor — que é graça — é eficaz.

*Alegria que brota do sofrimento*. O oposto de alegria é tristeza e não sofrimento. Sofrimento se compreendido na perspectiva pascal não tolhe a alegria, antes desperta-a. É a alegria da certeza da vitória sobre o sofrimento. É a experiência de um povo que sabe celebrar, festejar

apesar da dureza da vida. É viver a mensagem pascal, da vitória de Jesus sobre a morte, os sofrimentos por sua ressurreição. Além disso, é o sofrimento daquele que se posiciona em prol do pobre e padece perseguições. É a experiência do martírio, tão presente em nosso Continente. De fato, toda espiritualidade tem uma dimensão martirial. Não se trata de uma busca do martírio ou de uma sacralização do sofrimento do povo. Mas o contrário, a certeza de sua superação pela vida, de dentro do próprio sofrimento e martírio. Por isso, tal espiritualidade redobra o ânimo da luta e não o arrefece.

*Compromisso com os pobres* que se alimenta da *"infância espiritual"*. Em outras palavras, há certa *"pobreza espiritual"* que é condição de verdadeiro compromisso com os pobres. Pobreza que significa desprendimento dos bens para uma maior solidariedade. O mundo dos pobres é duro: sem esta atitude interior, espiritual não se vive nele com autenticidade. Não se trata, pois, de uma pobreza espiritual que substitua o compromisso, mas pelo contrário que o potencializa. Esta infância espiritual supera todo triunfalismo ou farisaísmo, possíveis em certos compromissos.

Finalmente, outra característica dessa espiritualidade é *"solidão a partir da comunidade"*. Não há espiritualidade que não tenha um momento de solidão. Um tu a tu com Deus. Mas ele termina na comunidade. As comunidades eclesiais de base têm sido lugar comunitário de espiritualidade. Assim como Israel passou pelo deserto, assim como os místicos falam da *"noite escura"*, assim a espiritualidade da libertação passa pela solidão, escuridão da opressão, do cansaço, do desespero e, às vezes, da covardia, para firmar-se na confiança em Deus dentro da comunidade.

Este é um livro para ser lido mais para alimentar uma espiritualidade de quem vive essa situação de compromisso libertador do que para ilustrar a inteligência com teologias espirituais. É livro *"vade mecum"*. Não é texto de estudo de espiritualidade. Está carregado de vida, de testemunhos e não de reflexões teóricas sobre as estruturas de inteligibilidade de uma espiritualidade. Por isso, é acessível às pessoas simples. Alimentará a vida espiritual de quem vive nesse Continente a experiência martirial e pascal, de um povo que sofre mas que cria sua libertação pela presença da graça do Senhor.

J. B. Libânio